

Notas críticas ao artigo Miséria na filosofia marxista: Postone leitor d’O capital, por Bidet

Paulo Henrique Furtado de Araujo¹

Resumo:

O artigo realiza a crítica da crítica de Jacques Bidet ao livro *Tempo, trabalho e dominação social* de Moishe Postone. Demonstra a inadequação da compreensão que Bidet tem da teoria do valor-trabalho de Marx exposta em *O capital*, bem como dos limites de um marxismo radicado na crítica epistemológica/gnosiológica que se demonstra incapaz de compreender a forma específica de sociabilidade autoconstituída pela lógica do capital; em outras palavras, a incapacidade de compreender a centralidade do trabalho no capitalismo e somente nele. De tal maneira que conclui pela inadequação da maior parte das críticas que Bidet dirige a Postone.

Palavras-chave: Bidet; Postone; Marx; teoria do valor-trabalho; capital; dominação abstrata.

Critical notes on article “Misery in Marxist philosophy: Postone reader *Capital*”, for Bidet

Abstract:

The article presents the critique of Jacques Bidet critic to the book *Time, labor and social domination* of Moishe Postone. It demonstrates the inadequacy of Bidet’s understanding of the Marx’s theory of laboru-value exposed in *Capital*, and of the limits of Marxism rooted in the epistemological/gnosiological critique, that is unable to understand the specific form of self-constituted sociability put by the logic of capital; in other words, Bidet fails to understand the centrality of labour in capitalism and only in it. So we conclude that there is an innadequacy in most of Bidet’s criticism on Postone.

Keywords: Bidet; Postone; Marx; theory of labour-value; capital; abstract domination.

Introdução

O livro *Tempo, trabalho e dominação social*, de Moishe Postone (2014), traz uma interpretação da teoria crítica de Marx que tem por destaque a forma específica de sociabilidade autoconstituída pela lógica do capital. Jacques Bidet (2015), em seu artigo “Miséria na filosofia marxista:

¹ Professor da Faculdade de Economia da UFF e membro do Niep-Marx-UFF.

Moishe Postone leitor d'*O capital*”, faz uma análise crítica das ideias de Postone, contrapondo-lhes suas próprias leituras do livro de Marx, e da sua teoria do valor em particular. No presente artigo procuramos demonstrar as inadequações da leitura que Bidet faz de *O capital* e de sua compreensão do valor-trabalho – e, por extensão, a inadequação da maior parte da crítica dirigida a Postone.

1. Uma síntese das ideias de Bidet e de sua crítica a Postone

Bidet (2015, pp. 12-3) funda sua leitura de *O capital* no entendimento de que Marx, nos primeiros capítulos do Livro I da referida obra, inicia por tratar de uma economia mercantil simples e não capitalista. Tal convicção tem por base a crença de que Marx, no processo de intelecção do real, opera com três níveis de abstração: o da produção em geral ou do trabalho em geral (N1), o da produção mercantil ou da lógica mercantil de produção (N2) e o da produção mercantil capitalista (N3). A partir dessa chave heurística Bidet passa a diferenciar a teoria do valor marxiana das supostas imputações de Postone.

De início, Bidet aponta que Postone erra ao usar os *Grundrisse* como a verdade de *O capital*, ou, ainda, por tentar "retraduzir o edifício teórico d'*O capital* nos termos filosóficos dos *Grundrisse*" (2015, p. 12). E, sendo Postone um herdeiro da Escola de Frankfurt, ele inventa um adversário – o marxismo tradicional – contra o qual orienta sua releitura de *O capital* a partir dos *Grundrisse*. Para Bidet, Postone erra ao tomar as obras de Marx ("as da maturidade e as obras filosóficas da juventude") como um todo acabado de antemão (2015, p. 17). O correto seria ler Marx a partir da versão final de *O capital*. Sendo assim, Bidet inicia sua propositura explicando o que é a teoria do valor de Marx e em que medida Postone não compreende e subverte tal teoria.

Bidet assinala que o capítulo inicial de *O capital* é dedicado ao estudo da mercadoria, "aos vínculos que se estabelece aí entre valor, trabalho e tempo" (2015, p. 18). E já conclui que nesse capítulo Marx se dedica ao estudo da "'produção mercantil' como lógica social de produção". De modo que foi entre os *Grundrisse* e *O capital* que Marx compreendeu as distintas "historicidades do mercado (N2) e do capitalismo (N3)" (BIDET, 2015, p. 18), sendo esta a condição para que se entendam as relações entre mercado e capitalismo – e, para Bidet, exatamente o que falta à compreensão de Postone. Este, ainda segundo Bidet, colapsaria N3 com N2, ao avaliar que "as categorias da mercadoria são as mesmas do capital" (BIDET, 2015, p. 18). E, equívoco ainda maior, Postone falaria da mercadoria sem falar do mercado, ou melhor, trataria do mercado apenas para dizer que o essencial não está nele e que aqueles que lhe dão atenção estão tratando de problemas

da distribuição. Nesse instante Bidet recorre à sua interpretação de Marx para afirmar que, no Capítulo 1 de *O capital*, o filósofo alemão faz exatamente o que Postone critica. Ou seja, Marx tem um conceito transistórico de trabalho, ou, dito de outro modo, defende o trabalho como central em toda e qualquer formação social humana. De tal maneira que as relações entre o "trabalho concreto" e o "trabalho abstrato" dependem do "trabalho em geral" e sua articulação se dá na forma específica da lógica mercantil de produção (BIDET, 2015, p. 18).

O primeiro nível do seu esquema de interpretação das abstrações de Marx (N1) permite um melhor entendimento do argumento de Bidet sobre essa articulação, ao mesmo tempo em que possibilita um vislumbre de seus limites. Para Bidet, em *O capital* Marx, ao contrário do que havia feito nos *Grundrisse*, não começa com a categoria "trabalho em geral". Esta só aparece de forma lateral e quando necessário. No Capítulo 5 ("O processo de trabalho e o processo de valorização")² do Livro I, Bidet argumenta que o Item 1 (O processo de trabalho)³ apresenta o trabalho em geral, a relação do homem com a natureza. Ou seja, o que corresponderia ao seu N1. Já o item 2 (O processo de valorização)⁴ é o correspondente ao seu N3, o processo de trabalho propriamente capitalista, o qual implica a produção de valor de uso, mas cuja finalidade é a de que "a mais-valia se desprenda desse processo de trabalho" (BIDET, 2015, p. 13). Todavia, prossegue Bidet, a apresentação do N1 permanece incompleta pois falta "o outro aspecto, o do 'trabalho abstrato', ou seja, o dispêndio de força de trabalho sempre suposto, seja qual for o trabalho 'concreto' considerado, sua tecnologia e seu objetivo definido" (2015, p. 13).

Segundo Bidet, o parágrafo dedicado a Robinson Crusóé no Item 4 (O fetiche da mercadoria e seu segredo) do Livro I de *O capital* é a exposição mais completa dessa incompletude. Robinson é o trabalhador em geral. Antes de qualquer divisão do trabalho dentro de um grupo ele é a expressão

²A edição francesa de *O capital* apresenta uma sequência de capítulos diferente. De modo que o Capítulo 5 da edição alemã corresponde ao Capítulo 7 da edição francesa. Bidet (no nosso entendimento, de forma equivocada) defende um maior valor teórico para a edição francesa em comparação com as outras devido ao "Posfácio" escrito por Marx em abril de 1875. Bidet utiliza o título do Capítulo 7 (o correspondente ao quinto da edição alemã) para validar sua leitura sobre trabalho universal. Contudo, é adequado lembrar que, no referido "Posfácio", Marx relata que, após o trabalho de revisão dos fascículos constitutivos da edição de *O Capital* em francês, ele aplicou a mesma revisão ao "texto original (a segunda edição alemã)" (MARX, 2013, p. 95). E, de fato, arremata dizendo que a edição francesa "possui um valor científico independente da original" (MARX, 2013, p. 95). De todo modo, uma questão permanece: qual a razão para Marx manter o título do referido capítulo em alemão ("O processo de trabalho e o processo de valorização"), mesmo após ter aceitado sua alteração na edição francesa ("A produção de valores de uso e produção de mais-valia")?

³ Na edição francesa, intitulado Produção de valores de uso.

⁴ Na edição francesa, intitulado Produção de mais-valia.

da produção em geral. Robinson divide seu tempo entre diversas ocupações, diversos tipos de trabalho concreto. Não obstante, para Bidet,

esses “diversos modos de trabalho humano” têm sempre por contrapartida o que Marx designa como o trabalho humano abstrato – no sentido de que trabalho é sempre “trabalho”, um dispêndio ponderado de força de trabalho, sejam quais forem a forma e o objeto concretos (BIDET, 2015, p. 13).

Ou seja, para Bidet, valor é explicado fisiologicamente, como mero desgaste do corpo físico do homem que trabalha. Daí afirmar que nesse exemplo “o trabalho em geral se apresenta segundo os dois ‘lados’: trabalho ‘concreto’ em relação ao valor de usos que ele produz, trabalho ‘abstrato’ do dispêndio físico que ele requer num tempo definido” (BIDET, 2015, pp. 13-4). A comprovação de tal interpretação é feita por Bidet por meio de Marx, que na última frase desse parágrafo diz: “nelas [as relações entre Robinson e as coisas que formam sua riqueza por ele mesmo criada] já estão contidas todas as determinações essenciais do valor” (MARX, 2013, p. 152). Ou seja, para Bidet, já estão contidos o trabalho concreto, o trabalho abstrato, os valores de uso “e as relações entre estes no que diz respeito ao trabalho implicado em sua produção” (BIDET, 2015, p. 14).

O nível N2 (produção mercantil), segundo Bidet, é o nível da produção do valor, o qual, para ser produzido, exige mercado. O que nos traz uma questão: no nível anterior (N1), havia trabalho abstrato, mas não valor. Trabalho abstrato apenas se torna valor com a mediação social particular do mercado. E isso Marx, segundo Bidet, esclarece nos *Grundrisse*, conforme ele sintetiza a seguir:

se o produtor estivesse, como Robinson, sozinho no mundo, poderíamos contentar-nos em dizer que seu trabalho é de algum modo a moeda com a qual ele compra seu produto. Mas é uma “moeda particular que não compra (...) senão esse produto determinado”. Assim que os homens produzem em conjunto, uns para os outros, ‘é preciso naturalmente que haja mediação, ou seja, um dispositivo racional de coordenação social. E ele distingue duas mediações. A primeira é o mercado, pelo qual o trabalho particular se acha “colocado como universal” através da “troca”. (...) A outra seria, não “*post festum*”, através de um equilíbrio de mercado, mas “de antemão”, sobre a base da propriedade coletiva. Ela seria a base do socialismo (BIDET, 2015, p. 14).

De todo modo que, prossegue Bidet, para Marx tratar de socialismo, ele deveria primeiro constituir o conceito de modo de produção capitalista. E, para tanto, o teórico alemão não poderia iniciar sua exposição do capitalismo em *O capital*, já que este, decreta Bidet, “é uma elaboração particular de um modo de coordenação mais geral, que não se encontra apenas nas sociedades modernas: a produção mercantil como tal, como lógica de produção de mercadorias N2” (BIDET, 2015, p. 14). Este é o objeto

da Seção 1 do Livro I de *O capital*: a produção mercantil simples ou N2. Na segunda parte do presente artigo voltaremos a essas questões, contudo, fica registrado que Bidet põe em destaque um aspecto institucional/político da sociabilidade do capital. O causal surge como o modo de coordenação social, e não a forma específica e particular como os homens produzem e reproduzem sua vida social.

O problema, segundo Bidet, é como passar do nível N2 para o N3 (produção capitalista). No N3 temos a lógica de produção mercantil capitalista produtora de mais-valor, portanto, com o “trabalho mercadoria” (2015, p. 14). A forma de proceder de Marx, ainda com Bidet, é simples. O N3 só pode produzir mais-valor produzindo mercadorias (N2), as quais têm de ser úteis (N1). Conclusão: “A produção capitalista (N3) é, portanto, uma produção mercantil específica; o conceito de produção mercantil (N2) aplica-se também a formações sociais anteriores” (BIDET, 2015, p. 15).

Para Postone, segundo Bidet, "o valor é uma relação entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato que é própria do capitalismo. O valor é sempre valor-que-se-valoriza-no-capitalismo" (2015, p. 18). Bidet argumenta que, ainda que, na Seção 3 do Livro I, Marx apresente uma definição do capitalismo (N3) semelhante à de Postone, ele o faz de uma forma incompreensível para este último. Pois Marx diferencia o valor no capitalismo (Seção 3 do Livro I) de uma "suposta ordem mercantil (N2)" apresentada na Seção 1 do mesmo livro. Para Bidet, ainda que *O capital* tenha por objeto a sociedade capitalista, e isso Postone compreenderia, o marxista canadense não entende que a exposição de *O capital* se refere, no seu início, "às formas anteriores de produção mercantil" (BIDET, 2015, p. 18). Portanto, quando Marx fala de trabalho na Seção 1, esse "trabalho aqui definido não é 'o trabalho no capitalismo', mas simplesmente 'sob o mercado'" (2015, p. 18). Bidet autoriza essa abordagem com uma citação de Marx: "a categoria de salário ainda não existe no ponto em que estamos da nossa exposição (p. 59, n. 2)" (BIDET, 2015, p. 18). Arremata dizendo que a análise que Marx faz do trabalho, da mercadoria e do dinheiro, nessa Seção 1, trata da lógica mercantil que atua no capitalismo. Ou, ainda, Marx "se interessa pelo capitalismo enquanto este comporta uma lógica mercantil de produção" (BIDET, 2015, p. 18). Bidet acredita que o conceito de produção mercantil (N2) é facilmente compreendido pelos economistas, contudo, os filósofos (Postone) têm dificuldades de identificá-lo. A razão de tal problema, para ele, reside no fato de a relação entre mercado e capital não depender unicamente da economia, mas envolver também o momento jurídico-político, o que torna as coisas mais complexas. No caso de Postone, a situação se agrava, pois, ao buscar nos *Grundrisse* a chave d'*O capital*, ele perde de vez a possibilidade de capturar a especificidade do N2 desenvolvida somente neste último livro.

Bidet, ainda fundamentando sua interpretação, destaca que todos os exemplos de técnicas de produção e de mercadorias que Marx apresenta na Seção 1 são ancestrais, pré-capitalistas (tecelões, camponeses, pedreiros etc.). Poderia falar de locomotivas (mercadoria típica da produção industrial, na época de Marx), contudo, como está interessado em mostrar o que há em comum entre todas as mercadorias, que seria a maneira pela qual ele define o N2, Marx fala de mercadorias que provêm da produção industrial ou agrícola ou artesanal. Para Bidet, Marx, buscando entender o capitalismo, procura capturar a lógica da produção, assim, ele tem como ponto de partida um momento lógico, teórico, não histórico. Tal lógica constituiria o núcleo racional permanente que o capitalismo transforma em exploração, e que, "historicamente, se constitui inteiramente antes dele" (BIDET, 2015, p. 19). Ou seja, a produção mercantil e sua lógica estruturante de formas específicas de sociabilidade preexistem ao capitalismo, e este apenas acrescenta àquela a exploração. Por isso, bastaria Marx tratar da produção artesanal "para exemplificar e analisar conceitualmente o valor em todo o seu refinamento" (BIDET, 2015, p. 19). Dessa maneira, o filósofo alemão nada precisará acrescentar sobre o valor posteriormente.

Para Bidet, a própria história global⁵ ratifica e ensina que a produção mercantil não capitalista, enquanto lógica específica de produção,

desempenhou um papel histórico imenso durante milênios, especialmente nas grandes regiões de civilização que em parte precederam a Europa no caminho da modernidade: na China, Índia, Pérsia, no mundo islâmico, e noutros lugares ainda. Não se tratava de "sociedades mercantis", mas a produção mercantil era aí desenvolvida, e a um ponto de que não se podia suspeitar no tempo de Marx (BIDET, 2015, p. 19).

Em comparação com essas sociedades, a especificidade da sociedade capitalista é ser integralmente mercantil, ou seja, a força de trabalho também é uma mercadoria. Todavia, segundo Bidet, Marx entendia que "o valor se define por uma lógica que pode ser realizada em graus diversos" e sem que a sociedade em questão seja capitalista ou integralmente mercantil (2015, p. 19). E essa seria uma das falhas de Postone, que, além de não compreender esse aspecto, só trata das sociedades pré-capitalistas enquanto sociedades tradicionais nas quais o trabalho seria estruturado pelas relações sociais, enquanto no capitalismo, para Postone, seria estruturada pelo trabalho. O que, para Bidet, é um erro, dado que o trabalho produz valor em qualquer formação social. E aqui percebemos a correspondência advogada por Bidet entre a lógica conceitual, teórica, e uma lógica histórica.

⁵ Curiosamente, Bidet não apresenta qualquer escrito de Marx ou de outros autores que confirmem sua afirmação.

Na lógica N2, os conceitos gerais de trabalho concreto e abstrato e dispêndio de força de trabalho e tempo de trabalho necessário e correlatos se definem e se articulam. Nela os produtores-mercadores estão em concorrência entre si em vários níveis: (1) no ramo de produção, no qual se “determina um ‘valor’ que se fixa pelo tempo de trabalho socialmente necessário”; (2) entre ramos de produção, em que o gasto de força de trabalho independentemente do tipo de trabalho executado é o fator comum em última instância e a base para a consideração em termos de tempo; (3) o jogo da oferta e da procura determinando preços de mercado que são diferentes dos valores. Essas, para Bidet, são “as dimensões do valor como conceito de mercado”, além disso, logicamente, a produção mercantil define uma circulação mercantil (2015, p. 20). O que mostra, segundo Bidet, o limite de Marx nos *Grundrisse*, pois aí partia da circulação mercantil (análise do dinheiro), ao passo que em *O capital* inicia pela produção mercantil e dela deduz a forma dinheiro. E, conclui Bidet, Postone não compreende isso.

Aparentemente para fortalecer a importância do N2 na construção teórica de Marx, Bidet toma uma passagem⁶ do Livro III de *O capital* e argumenta que, no socialismo, no qual não há mais relação de classe N3, será preciso encontrar alternativa para o problema da produção mercantil. De modo que o

problema transistórico N1, do “trabalho social”, que o mercado resolve em termos N2A de valores atribuídos a mercadorias ou serviços [*sic!*], deverá ser resolvido de outra maneira, em termos de N2B de socialismo, passando da “mediação livre mercado” à “mediação plano concertado”: um N2 que não desembocaria em N3, relação de classe (BIDET, 2015, p. 20).

Voltaremos adiante a essa questão, contudo, aqui parece haver uma síntese do modelo epistemológico que Bidet julga encontrar em Marx. De todo modo, Bidet, mais uma vez ressalta que escapa a Postone essa armação do N1/N2/N3 e, pior, este confunde o processo capitalista (N3) com produção mercantil (N2), tendo por consequência fazer do “capital a realização potencial do valor e da mais-valia a realização do trabalho abstrato” (BIDET, 2015, p. 21). O resultado final de tais erros de Postone é

⁶A passagem em questão se encontra ao final do capítulo numerado pela edição como XII (*Complementação à análise do processo de produção*) da Seção VII (*Os rendimentos e suas fontes*) do Livro Terceiro: “Em segundo lugar, depois da abolição do modo de produção capitalista, mais com manutenção da produção social, a determinação do valor continuará predominante no sentido de que a regulamentação do tempo de serviço e a distribuição do trabalho social entre os diferentes grupos sociais de produção e, por fim, a contabilidade quanto a isso se tornarão mais essenciais do que nunca.” (MARX, 1986, p. 293)

projetar as propriedades do valor na dinâmica histórica do capitalismo e reativar sobre essa dinâmica uma metafísica da história⁷.

No esforço de demonstrar a confusão de Postone entre o N2 e o N3, Bidet retoma a Seção 2 (A transformação do dinheiro em capital) do Livro I de *O capital*. Nessa Seção Bidet identifica o ponto de passagem entre o N2 e o N3. Tal passagem tem por início a tradução da produção mercantil (forma mercantil) para a sua face de circulação mercantil (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria - M-D-M). Nesta circulação a mercadoria produzida é destinada à venda, que permite a compra de outra mercadoria a ser consumida. Tal circulação se diferencia da lógica do capital que se apresenta como Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro' (D-M-D'). Contudo, curiosamente, esta fórmula, segundo Bidet, é somente isso, uma fórmula, e não uma forma social, como é o caso da fórmula anterior M-D-M. A função de D-M-D' no modelo de Marx é mostrar “como ‘passar’ da relação mercantil, em que tudo é equivalência, à relação capitalista, pela qual o dinheiro se acumula como capital” (BIDET, 2015, p. 21). Conclusão óbvia, Marx demonstra o fundamento da passagem numa teoria do valor na qual o assalariado vende sua força de trabalho e produz mais valor do que recebe na forma de salário.

Bidet, no entanto, preocupa-se em destacar que a transformação, acima descrita, do N2 em N3, traz consigo um “problema teórico crucial: o da relação entre o mercado e o capitalismo”, que se associa inevitavelmente à questão de saber se o “socialismo” poderá “abolir não apenas o capital, mas também o mercado” (2015, pp. 21-2). Como de costume, assinala que Postone suprime essas questões ao identificar N2 com N3, pois avalia “que valor só existe se autovalorizando, ou seja, como capital”. Chegando, para Bidet, ao cúmulo de defender a ideia de que capital nada mais é do que valor, e tal apreensão é o que o leva a abandonar uma teoria fundada em relações de classe e a trabalhar com outra, fundada na lógica do valor e do capital. Segundo Bidet, Postone toma os dois níveis da abstração de Marx (N2 e N3) “como dois momentos imanentes um do outro, [constitutivos] de uma mesma totalidade” (2015, p. 22). Mas de modo que sua tentativa de união dialética de ambos é inútil, visto que ele não leva em conta “analiticamente a consistência própria de cada um” (BIDET, 2015, p. 22).

⁷ Bidet advoga que no socialismo haverá um N2B. Como ele próprio reconhece no artigo em análise, esta não é uma categoria de Marx. Tomado como a primeira fase da sociedade comunista de que fala Marx, um N2B seria uma produção mercantil generalizada, mas sem classes sociais e sem propriedade privada. Ou seja, uma sociabilidade de produtores independentes e especializados, cada qual produzindo suas mercadorias específicas e trocando-as no mercado por equivalente geral – tudo isso sem compra e venda de força de trabalho, pois esta seria a condição necessária para o surgimento do mais-valor. Tal raciocínio está em inteiro acordo lógico com as premissas das quais parte, contudo, em total desacordo com o que é o capital enquanto lógica social estruturante. A simples presença de relações mercantis em larga escala por si cria a possibilidade da manutenção ou reposição da sociabilidade do capital.

O problema de Postone, nesse ponto, segundo Bidet, é que ele decifra as categorias mercadoria, valor e trabalho mercantil (produtor de mercadorias) partindo, respectivamente, da mais-valia, da autovalorização e da força de trabalho mercantilizada (produtora de mais-valia). Ou seja, para Bidet, Postone entende que “o capitalismo é somente um ‘momento’ do mercado: ‘a exploração e a dominação são momentos que fazem parte integrante do trabalho determinado pela mercadoria” (BIDET, 2015, p. 22). Por isso, prossegue Bidet, Postone pode preconizar que a

exploração e a dominação “se fundam finalmente não sobre a apropriação do excedente, por classes não laboriosas, mas sobre a forma que o trabalho reveste sob o capitalismo” (...), ou seja, sob o domínio da mercadoria: sobre o “duplo caráter do trabalho determinado pela forma mercadoria”, em que “a alienação se enraíza” (BIDET, 2015, p. 22).

O arremate de Bidet é de que Postone, ao não entender e não tratar da transformação do mercado em capital, mostra-se de acordo com o argumento liberal de que vivemos numa sociedade de mercado. Cometeria mesmo a heresia de “designar a ordem mercantil – em vez da ordem capitalista – como a forma moderna da dominação” (BIDET, 2015, p. 22).

Entendemos que Postone, ao contrário do que diz Bidet, ocupa-se de decifrar a sociedade capitalista a partir da mercadoria, que é produzida nessa sociedade por um tipo de trabalho (proletário) que ao mesmo tempo é concreto e abstrato e que estrutura a sociabilidade específica dessa formação. De tal forma que esse trabalho abstrato (contraparte necessária do capital, pois capital é valor em expansão e valor é o trabalho abstrato) torna-se automediador, central na instauração da totalidade social do capitalismo e produtor de uma forma específica de dominação abstrata, semimaterial, que se põe por meio e para além das classes sociais, da propriedade privada e do estado moderno.

Bidet ataca a interpretação de Postone de que para Marx é o capital que fornece a chave interpretativa do dinheiro, pois é no capital que se revela toda a natureza do valor (BIDET, 2015, p. 23). Para Bidet, é um erro interpretar retroativamente o conjunto categorial constitutivo da sociabilidade do capital, pois, “na realidade, a exposição de Marx é inteiramente dedicada (...) a mostrar a disjunção entre as duas lógicas M-D-M e D-M-D” (2015, p. 24). E o importante é tomar o processo de produção em seu teor capitalista, com a mercadoria força de trabalho “como ‘mercadoria produtiva’, uma figura que se tem dificuldade em discernir na obra de Postone” (BIDET, 2015, p. 24).

Para Bidet, a confusão de Postone o leva a defender a ideia de que a categoria mercadoria apresentada no Capítulo 1 do Livro I de *O capital* pressupõe o trabalho assalariado. Para refutar a leitura de Postone, Bidet recorre a uma nota de rodapé desse mesmo capítulo em que Marx diz:

O leitor deve notar que não se trata aqui da remuneração ou do valor que o trabalhador recebe por, digamos, uma jornada de trabalho, mas sim do valor das mercadorias nas quais sua jornada se objetiva. A categoria salário ainda não existe em absoluto nesse estágio de nossa exposição. (MARX, 2013, p. 122, n. 15)

A conclusão de Bidet é categórica: “O trabalho que intervém na exposição da teoria da mercadoria não é o trabalho assalariado.” (BIDET, 2015, p. 24)

Além disso, diz Bidet, a identidade equivocada que Postone realiza entre valor e capital se manifesta na sua formulação do valor como forma de riqueza ou uma forma valor da riqueza. Ou seja, a ideia de Postone de que no capitalismo “o valor é a fonte da riqueza” (BIDET, 2015, p. 24). Bidet enfatiza que tal formulação é estranha a Marx, dado que no início de *O capital* escreve sobre a forma dinheiro da mercadoria. De modo que para Marx “há duas formas de valor: a ‘forma mercadoria’ e a ‘forma dinheiro’”. [E] A seu ver, sob o capitalismo, ‘a forma elementar da riqueza’ é a ‘mercadoria’. Não ‘o valor’. Ver a célebre primeira frase do *Capital*” (BIDET, 2015, p. 24). Aqui registramos que no Capítulo 1 do Livro I Marx fala não de duas, mas de quatro formas de valor: simples, singular ou acidental; total ou desdobrada; universal e dinheiro. De todo modo, voltando à argumentação de Bidet, ele vai tentar explicar a origem de tal equívoco de Postone: a confusão, comum entre os filósofos marxistas, entre a abstração do trabalho abstrato e a abstração da mais-valia. Conforme Bidet, para Marx a abstração do trabalho abstrato “é o correlato do trabalho concreto” e a abstração do mais-valor “designa uma ‘riqueza abstrata’ procurada como tal, seja qual for o seu conteúdo em termos de investimento concreto particular” (2015, p. 25). O erro de Postone, assinala Bidet, está em reunir os dois conceitos em sua noção de valor, que é definida pelo trabalho abstrato. Para ele, Postone erra ao apreender uma natureza dual da produção capitalista constituída simultaneamente pela produção de valor de uso e de valor, ou ainda, de valor de uso e mais-valor. Isso é assim em Postone, prossegue Bidet, por que ele entende que a produção de valor ocorre com a valorização. Contudo, argumenta Bidet, no já citado Capítulo 5 do Livro I de *O capital*, Marx mostra de forma clara a necessidade de distinguir entre a criação de valor (N2) e a criação de mais-valor (N3), mas isso para Postone é a mesma coisa.

Para Bidet, Postone tem razão ao buscar as “finalidades abstratas do capitalismo”, pois este deve ser o cerne da crítica. Todavia, o canadense erra o adversário quando situa a mercadoria na essência do capital por conter as determinações essenciais dele. Com tal proceder, Postone desaparece com os capitalistas e com eles faz desaparecer o mais-valor no valor, do qual o mais-valor seria mera expressão. Assim, as relações de classe só se

apresentam como um momento explicativo da dinâmica capitalista, e não como o momento explicativo. Em resumo: “Postone passa ao largo desta abstração da mais-valia, que define propriamente o capitalismo.” (BIDET, 2015, p. 26) Além disso, prossegue Bidet, para Postone, a abstração do mais valor (N3) explica-se pela abstração do trabalho abstrato que, por sua vez, ele supõe próprio à mercadoria (N2), na qual o canadense diz que está definida a natureza específica do trabalho no capitalismo. Não obstante, o fato de a produção de mais-valor passar pela produção de mercadorias não é compreendido por Postone. Assim, ele não consegue entender que as mercadorias devem atender a necessidades, devem encontrar compradores, sendo que os que produziram essas mercadorias são parte substantiva desses compradores. Portanto, trabalhadores não somente trabalham, mas consomem também e, mais importante para Bidet, possuem meios (ainda que limitados) de fazerem-se ouvir sobre o que deve ser produzido (“que se produza tal ou qual espécie concreta de mercadoria em vez de outra, desta ou daquela maneira concreta, e também que se produza de uma outra forma que não a da mercadoria, e segundo uma lógica outra que não a do ‘capital’” [BIDET, 2015, p. 26]). Trata-se da luta de classes que se inscreve no cerne do “capital”, segundo Bidet. E ela assume a “forma de um certo poder da concretude contra a abstração que é seu fim [do capital]: um poder social concreto capaz de se erguer contra a lógica da riqueza abstrata que define (somente) o fim (último) da prática dos capitalistas” (BIDET, 2015, p. 26).

Postone, revela Bidet, erra ao deduzir a dinâmica histórica do capitalismo (N3) da maneira de ser da produção mercantil (N2). Isso ocorre porque Marx, ao analisar a mais-valia relativa, não a explica no mercado (N2), mas no mercado capitalista (N3), e neste a concorrência mercantil opera em torno do mais-valor a realizar, e não do valor. Bidet é enfático ao dizer que Marx “compreende essa concorrência mercantil capitalista como uma articulação entre macrorrelação de classe e microrrelações interindividuais de classe” (BIDET, 2015, p. 26). A exposição que Marx faz do mais-valor relativo se dá no terreno da concorrência intercapitalista que se inscreve na dinâmica da luta de classes, dimensão que Postone não apreende, segundo Bidet. O erro de Postone, mais uma vez, é tomar um predicado que Marx atribui à estrutura capitalista (N3) como sendo da produção mercantil (N2). O autor canadense, prossegue Bidet, pretende dar um potencial dinâmico à teoria do valor-trabalho por meio, na crença de que ele determina a dinâmica intrínseca ao capitalismo. Para Bidet, em Postone, “o valor ‘antes mesmo da categoria de sobrevalor e da relação trabalho assalariado/capital’ promove uma ‘sociedade direcionalmente dinâmica (...). Esta dinâmica, que depende da ‘dimensão temporal do valor’, ‘implica’ a do capital” (BIDET, 2015, p. 27).

Essa argumentação, confusa para Bidet, esclarece-se com o exemplo, utilizado por Postone, do *treadmill effect*. Aqui o argumento de Postone é o de que se produzem mais mercadorias na mesma jornada de trabalho, no entanto, com isso, não se produz mais valor. E essa seria uma contradição, um paradoxo decorrente da dualidade entre trabalho concreto e abstrato. Bidet, lendo Postone, diz: “a ‘dinâmica’ da mercadoria ‘prefigura abstratamente o traço central do capital: ele precisa acumular permanentemente” (BIDET, 2015, p. 27). Para Bidet apenas haveria paradoxo se os capitalistas tivessem como objetivo acumular valor, contudo, seu objetivo central “não é ‘o valor’, mas a mais-valia” (BIDET, 2015, p. 27). O paradoxo surge, mais uma vez, devido à confusão de Postone entre o N2 e o N3. Registramos que, nos termos de Marx, a diferença entre valor e mais-valor não pode ser qualitativa, pois ambos são trabalho abstrato, portanto, só pode ser quantitativa e mensurada em tempo de trabalho socialmente necessário em média para produzir a mercadoria. Logo, de fato, ao contrário do que entende Bidet, Postone está correto: mais-valor é valor a mais.

Bidet concede que haja uma tensão incessante sobre os corpos dos trabalhadores exercida pelo capitalista, mas tal coação não pode ser tomada como uma “lei de mercado” (2015, p. 27). O paradoxo do aumento da produtividade sem aumento de valor e, portanto, sem acumulação, não ocorre, pois ele descreve a “racionalidade produtiva do mercado como tal, N2” (BIDET, 2015, p. 27). Mas ela só é instrumentalizada na relação propriamente capitalista (N3). O que Postone não percebe, segundo Bidet, é que “o mercado (como organização) é um princípio de razão, e que o capitalismo é ‘instrumentalização da razão’” (BIDET, 2015, p. 27).

Bidet, no arremate de sua exposição sobre o *treadmill effect*, denuncia mais um equívoco de Postone. A dinâmica que este supostamente identifica na forma valor “se impõe igualmente na ausência de mercado (...) ‘por via administrativa, por exemplo’ e também politicamente”. De tal modo que Postone, ao abordar o valor no mercado, no nível N2, identifica um “mal mais radical, que se deve ao seu teor ‘temporal’, que se reencontra nessas diversas formas. É o próprio tempo que precisaremos suspender” (BIDET, 2015, p. 27).

Segundo Bidet, a apreensão que Postone faz das categorias força de trabalho e dispêndio de força de trabalho o leva a acreditar que o dispêndio não pertence à teoria do capital (N3), “a não ser a título da aparência de naturalidade que ele dá ao trabalho abstrato implicado na mercadoria N2, que é sua marca específica, sua ‘essência’ mesma”. No entanto, diz Bidet, o dispêndio fisiológico de força de trabalho é central na crítica da economia política de Marx. Esse dispêndio, prossegue ele, é apresentado na Seção 1 do Livro I como parte do nível de abstração N2 (teoria da mercadoria) e tem no nível de abstração N3 (produção capitalista) o “seu corolário no

‘consumo da força de trabalho’ pelos capitalistas” (BIDET, 2015, p. 28). O dispêndio fisiológico de força de trabalho na relação mercantil capitalista, para Bidet, deve ser entendido como uma categoria sociopolítica que contribui para tornar a relação social capitalista uma relação específica. Para Bidet, o consumo da força de trabalho na produção capitalista (N3) é mais do que “fadiga inerente ao trabalho” no nível N1, ou um dado da produção mercantil (N2). Esse consumo é obtido mediante um conjunto de coerções (“incitações, controles, ameaças, dispositivos, organizações e gestões ideológicas etc.” “que são [objeto] de uma psicossociologia do capitalismo” [BIDET, 2015, p. 29]) e está no centro da luta da classe trabalhadora pela limitação legal da jornada de trabalho.

Bidet afirma que a noção de “tempo de trabalho abstrato” é um amálgama da lavra de Postone, pois Marx, segundo Bidet, primeiro apresenta o conceito de “tempo de trabalho socialmente necessário” no primeiro item do Capítulo 1 do Livro I de *O capital* e só trata do trabalho abstrato no segundo item (O duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias). Deixo a palavra com Bidet:

Nesse nível N2, o tempo de trabalho socialmente necessário depende das condições concretas, naturais e técnicas, de uma produção definida sob uma coação concorrencial. O conceito de trabalho abstrato não se insere especificamente no registro do tempo. Ele designa o fato que, seja qual for a natureza particular, concreta, o trabalho é sempre trabalho, ou seja, um dispêndio de força de trabalho. Importa distinguir dois momentos da definição do valor. (1) O “tempo de trabalho socialmente necessário”, que define o valor na sua relação com o tempo, não remete a um “tempo de trabalho abstrato”. Pois esta “média” se determina em condições de concorrência, em que os concorrentes se enfrentam notadamente em torno de condições de produtividade diversas, vinculadas a tecnologias desiguais (...). São diferenças concretas no modo de produzir que, nas relações de concorrência modifica o valor, determinando uma (instável) média. (2) O trabalho abstrato define o valor na sua relação com o dispêndio de força de trabalho. É a outra subdivisão da definição marxiana do valor. (BIDET, 2015, p. 29)

Bidet arremata dizendo que Marx trata da inter-relação entre as duas subdivisões, mas jamais as confunde, enquanto Postone trata de um tempo de trabalho abstrato socialmente necessário. Dessa maneira, neste último desaparece a consistência do valor de uso, pois a natureza do valor é autovalorizar-se; como valor, para ele, é o trabalho abstrato, este leva a melhor sobre o trabalho concreto. Assim, “toda a conceptualidade marxiana se dissolve” (BIDET, 2015, 30). E Bidet identifica uma grande contradição entre Postone e Marx, pois este, ao contrário do primeiro, diz que nenhum objeto pode ser valor se não for uma coisa útil. Ou seja, para Marx, o trabalho criador de valor é também criador de utilidade, ainda que não haja

correlação entre grandezas de valor e de utilidade. E conclui: “O valor das mercadorias designa o modo de articulação entre trabalho concreto e trabalho abstrato que é próprio da lógica da produção mercantil. Em Postone, sempre se está já no ‘capital’, em que o valor de uso já não conta mais, visto que o fim perseguido é abstrato” (BIDET, 2015, p. 30). O canadense, assevera Bidet, não sofre de um simples problema filológico, mas da incapacidade de compreender os elementos primeiros, seu objeto e o uso que dele faz a teoria de Marx. Pois para Postone valor é a substância de relações alienadas e sua grandeza é função do tempo de trabalho abstrato. Todavia, para Marx “‘a substância do valor é o trabalho’; e sua grandeza, ‘a medida da sua quantidade é a duração do trabalho’” (BIDET, 2015, p. 30).

Postone, diz Bidet, identifica uma única mediação no capitalismo, a do trabalho abstrato, do valor, ou seja, o domínio do trabalho proletário pela mercadoria produzida pelo trabalhador coletivo. Logo, no capitalismo não são as “relações sociais não disfarçadas (escravidão, servidão etc.) que asseguram a mediação social” (BIDET, 2015, p. 30), como ocorria nas sociedades anteriores ao capitalismo. Quem faz tal mediação, mais uma vez, é o trabalho abstrato, o valor abstrato. No entanto, Bidet garante que em Marx a mediação é “um princípio das inter-relações produtivas no interior de um tipo de sociedade” (BIDET, 2015, p. 30). Para fundamentar seu ponto de vista, Bidet recorre a textos que, diz ele, “não figuram no programa-tipo”. O texto em questão são os *Grundrisse*, e mais uma vez o trecho tratado é o de Robison em sua ilha perdida. Nele mais uma vez Bidet identifica os dois tipos de mediação: mercado e planejamento. Portanto, conclui, o foco de Marx é a “coordenação de práticas produtivas individuais no interior de uma totalidade econômica” (BIDET, 2015, p. 31), e o modo como o capitalismo as instrumentaliza (a exemplo da organização do trabalho no interior da manufatura, conforme tratado no Capítulo 14 do Livro I de *Capital*). Os dois modos primários de mediação (mercado e planejamento), para Bidet, são “instrumentalizados em fatores de classes, convergindo na relação de classe, constituem a estrutura moderna de classe. Mas nisso o trabalho social é mediatizado, não mediador” (BIDET, 2015, p. 32).

Sobre a dominação abstrata, semimaterial assinalada por Postone, Bidet nos ensina que tal apreensão é uma impossibilidade para Marx, pois nesse autor

a sociedade capitalista não pode se definir como uma sociedade de mercado, fundada sobre um “mercado de trabalho”, como ele [Postone] pretende. Pois o que é despendido e vendido pelo trabalhador não é “trabalho”, é uma “força de trabalho” para ser explorada pelo capital. O processo de exploração não é, portanto, redutível a uma relação de troca mercantil; ele comporta especialmente uma extorsão de produto do trabalho, inseparável

de uma relação de dominação inerente ao contrato salarial (BIDET, 2015, p. 32).

Assim, prossegue Bidet, Postone, ainda que não o saiba, vê na dominação abstrata, no *treadmill effect*, “de algum modo, uma ‘coação dos mercados’” (BIDET, 2015, p. 33). Justamente onde deveria identificar a dominação da classe capitalista ele vê uma dominação que não é de ninguém, mas do “grande Outro”, a sociedade, “que enfrenta os indivíduos e exerce sobre eles uma coação impessoal” (BIDET, 2015, p. 33). Esta sociedade é constituída, enquanto estrutura alienada, pelo duplo caráter do trabalho no capitalismo. Tais equívocos de Postone, para Bidet, têm por base a confusão original entre mercado e capital (N2 e N3). Além disso, o canadense separa a mercadoria enquanto forma social de seu “conteúdo material”, de sua dimensão de valor de uso⁸, enquanto Marx ensina que

é o valor que é independente do conteúdo material, e não a mercadoria. Pois a mercadoria só tem valor se for valor de uso. E esse valor de uso é, também ele, eminentemente “social”. O mercado é uma “forma social”, combinando “conteúdos materiais”, trabalhos e produtos que diferem por seu “conteúdo concreto” (BIDET, 2015, p. 33).

E, para Bidet, tudo isso escapa a Postone.

Bidet prossegue e, lembrando que utiliza a terminologia conceitual por ele produzida, diz que para Marx a dominação é sempre, simultaneamente, impessoal e pessoal, pois é de fato uma estrutura (impessoal) e uma relação de classe (pessoal). A dominação capitalista é exercida por meio “de uma cadeia de relações pessoais. A isso se deve seu caráter ‘político’, pelo que são sempre pessoas singulares que se enfrentam em relações de classe” (BIDET, 2015, p. 33).

Sobre a abordagem que Postone faz do tempo abstrato, Bidet esclarece um suposto equívoco central presente no argumento. Para Postone, o surgimento do capitalismo na Idade Média traz consigo o tempo abstrato e uma forma de dominação temporal para além da dominação de

⁸ A título de ilustração, reproduzo duas passagens de Postone que falam por si: “Como objeto, a mercadoria *tem* uma forma material, como mediação social, ela *é* uma forma social.” (POSTONE, 2014, p. 181) E o trecho que Bidet usa para fundamentar sua crítica: “Cada mercadoria não tem somente as suas qualidades concretas específicas, medidas em quantidades materiais concretas, mas todas as mercadorias compartilham um valor, uma qualidade abstrata não manifestada (como veremos) com uma magnitude temporariamente determinada. A grandeza do seu valor é função de medida abstrata, e não de quantidade material concreta. Como forma social, a mercadoria é completamente independente de seu conteúdo material. Em outras palavras, essa forma não é a forma de objetos qualitativamente específicos, é, sim, um abstrato e pode ser apreendido matematicamente. Ela possui características ‘formais’. Mercadorias são ao mesmo tempo objetos sensíveis particulares (e como tal são avaliados pelo comprador) e valores, momentos de uma substância abstratamente homogênea que é matematicamente divisível e mensurável (por exemplo, em termos de tempo e dinheiro).” (POSTONE, 2014, pp. 203-4)

classe. Trabalho e produção passam a ser regulados pelo tempo a partir desta fase. O tempo abstrato aqui é o tempo padronizado, o tempo do relógio, que concretiza a essência da mercadoria. Agora, “as horas são iguais em vez de se distenderem e contraírem como as horas solares agrícolas anteriores ao capitalismo” (BIDET, 2015, p. 34). Para Postone, diz Bidet, “a definição que Marx dá da grandeza de valor implica uma teoria sócio-histórica da aparição do tempo matemático absoluto enquanto realidade social e enquanto ideia” (BIDET, 2015, p. 34). Aqui, novamente para Bidet, a confusão de Postone entre o N2 e o N3 se apresenta. Contudo, há uma inovação no argumento de Bidet. Nessa crítica ele não recorre diretamente a Marx, mas à história, e de forma curiosa, mais uma vez, sem apresentar um autor ou referência bibliográfica sequer, diz que:

Não se pode esquecer que a produção mercantil desempenhou um papel fundamental na vida de uma boa parte da população nas grandes áreas de civilização, e isso por séculos, até mesmo milênios. Pois não se esperou pelo relógio para se concentrar sobre a questão do “tempo socialmente necessário”. Bem antes do capitalismo, os artesãos e camponeses conheceram sua coação; e as invenções da tecelagem, da navegação, etc., espalhavam-se porque se media o tempo que elas ganhavam para o mesmo resultado – e sua relação com o tempo “socialmente necessário”. Não era preciso relógio para isso. (BIDET, 2015, p. 34)

O argumento de Postone diz que os sinos de trabalho são a expressão de uma nova forma social que começava a surgir na época medieval, “dentro de um contexto da produção em larga escala para a troca, com base no trabalho assalariado”. Enquanto tal, “Marcou o surgimento histórico de uma relação social *de facto* entre o nível dos salários e a produção do trabalho medida temporalmente – que, por sua vez, implicava a noção de produtividade, da produção do trabalho por tempo medido em unidades” (POSTONE, 2014, p. 245). Para Bidet, esse argumento é falho, por não perceber que os sinos de trabalho “marcavam na realidade a emergência não da mercadoria, mas do capitalismo”. Ou, ainda, “o valor de uso do sino inscreve-se na historicidade propriamente capitalista (e não simplesmente mercantil) do dispêndio-consumo da força de trabalho. O sino urbano é um ser de mais-valia, e não especificamente de ‘mercadoria’” (BIDET, 2015, p. 35). Aqui se evidencia uma certa dificuldade de Bidet em tratar corretamente o objeto de sua crítica. O trecho de Postone citado acima claramente desautoriza a ilação de Bidet, pois nele, assim como em Marx, o tratamento da categoria mercadoria pressupõe sempre a categoria capital. A mercadoria de que ambos tratam é aquela produzida pela lógica do capital e pelo sociometabolismo mais adequado à autoexpansão do valor, a sociedade capitalista. Para mais explicações, vide o próximo item do presente artigo.

Bidet prossegue sua análise crítica de Postone e mira no cerne do que há de distintivo na propositura interpretativa deste: a ideia do capital como automovente, do trabalho proletário produtor de trabalho específico/concreto e trabalho abstrato e, portanto, fundante de uma totalidade que se põe a si mesma, que é automediada e objetivada. Portanto, da semelhança entre o capital e o *Geist* de Hegel. Marx, argumenta Bidet, tem outra compreensão:

(1) econômica – fundada na relação de exploração que articula as classes sociais. No interior da classe capitalista a concorrência intercapitalista leva aos aumentos de produtividade e, portanto, de lucro, o que leva, por sua vez, à acumulação de mais-valor, concentração de capital, desenvolvimento da indústria e todo o resto. O processo global do capitalismo é explicado por Marx como sendo

a macrorrelação de classe às redes de microrrelações sempre particulares entre atores singulares, pequenos sujeitos que têm sua lógica própria. A totalidade estrutural de que eles dependem determina um campo definido de possibilidades, aberto a práticas econômicas e lutas políticas que a reproduzem e estendem, ou transformam. O todo não se move por si mesmo (BIDET, 2015, p. 35-36).

(2) totalidade – o todo social não está circunscrito ao fenômeno econômico, como acredita Postone (que, inclusive, reduziria tudo a um princípio dinâmico de uma lei do valor). Esclarece-nos Bidet que, para Marx:

Trata-se de um conjunto infra/superestrutural, que define também relações jurídico-políticas, ausentes do esquema metafísico, sujeito-objeto, de Postone. Sobre a base dessa matriz, Marx analisa os processos históricos nos termos da relação entre essa estrutura e suas tendências no tempo. (2015, p. 36)

E conclui dizendo que Marx “não projeta essa relação em ‘dialética da história’”.

Completando seu ataque ao núcleo interpretativo de Postone, Bidet se ocupa, na sequência, do argumento sobre o capital ser a forma real, no atual momento histórico, da existência da capacidade da espécie humana constituída de maneira historicamente alienada. Para tanto, ele inicia atacando o chamado “fragmento sobre as máquinas” presente nos *Grundrisse* (cf. MARX, 2011, pp. 578-81). Seus comentários iniciais dão conta que: (1) Marx nunca pensou em publicar os manuscritos dos *Grundrisse* e (2) Postone nem mesmo nisso é inovador, pois muitos outros antes dele já haviam utilizado o tal fragmento como material interpretativo de *O capital*. Dito isso, lembramos que o fragmento em questão descreve o surgimento da grande indústria e de seu maquinário específico (máquina moderna, sistema automático de máquinas), as condições necessárias ao seu surgimento e estabelecimento e suas consequências sobre o trabalhador

(subsunção real), a produção de valor e seus movimentos dialéticos. Em resumo, podemos dizer que descreve a tendência que a grande indústria traz de aumentar a produtividade, produzir um volume cada vez maior de mercadorias e, portanto, de riqueza material (mercadorias) e da riqueza abstrata (valor em expansão), com a substituição de trabalhadores pelas máquinas modernas, ou do trabalho vivo (imediato) pelo trabalho morto. De modo que o sistema de máquinas reduz o tempo de trabalho necessário à produção de valor equivalente ao da força de trabalho, ou seja, traz em potência a possibilidade de aumentar o tempo livre da obrigatoriedade do trabalho. No entanto, como dito anteriormente, capital é valor em expansão e valor é trabalho em abstrato, mas esta é uma tendência que não pode se efetivar plenamente sob a lógica do capital. Mais uma vez, com a grande indústria a produção de riqueza efetiva, material, física (valor de uso na forma de corpo da mercadoria) depende cada vez mais da apropriação da força produtiva geral, do saber e da capacidade da espécie humana, do seu domínio da natureza, do desenvolvimento do indivíduo social – e cada vez menos do trabalho imediato do ser humano no processo de produção.

Tão logo o trabalho em sua forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza em geral. (MARX, 2011, p. 588)

E esse é o ponto crucial das correções que Bidet faz ao Marx dos *Grundrisse*. Diz Bidet que, tomando *O capital*, constatamos que as ideias de que “o tempo de trabalho cessa de ser a medida da riqueza e que o valor de troca cessa de ser a medida do valor de uso” são claramente errôneas: “o tempo de trabalho não é nem nunca foi a ‘medida’ da riqueza’, nem o valor de troca, a ‘medida do valor de uso’” (2015, p. 37). Dado que lá (em *O capital*) é explicitado que não há comensurabilidade entre valor e valor de uso, assim proceder é permanecer preso ao entendimento da economia vulgar que liga valor e utilidade. A ligação ocorre entre valor e tempo de trabalho socialmente necessário. Além dessas correções, Bidet nega a tendencialidade, a legalidade, apreendida por Marx no referido fragmento, sobre o desenvolvimento da grande indústria trazer consigo, em potência, a possibilidade do desmoronamento da produção baseada no valor de troca. Ele entende que em *O capital* Marx sustenta que com a maquinaria e a grande indústria “a lógica do mercado, do valor conhece (...) o seu pleno desenvolvimento” (BIDET, 2015, p. 37). E, como Postone utiliza essas incorreções dos *Grundrisse* para reinterpretar *O capital*, o resultado só poderia ser desastroso.

Tal desastre tem por momento decisivo a perda de centralidade do trabalho proletário na explicação do capitalismo e na sua superação. Em boa

medida, diz Bidet, Postone chega a isso por confundir o impacto da ciência como fator imediato da produção e como força produtiva imediata. Postone, prossegue Bidet, coloca dois supostos fatores de produtividade como tendo o mesmo grau de importância: trabalho (fator de produção imediato associado ao trabalho do indivíduo) e o conhecimento da espécie humana agindo como força produtiva (imediata). E se indaga quais relações eles podem ter entre si e quando o segundo ultrapassará o primeiro. Para Bidet, isso é um erro inaceitável, pois o conhecimento da espécie se manifesta no indivíduo, demonstrando-se com isso que a oposição entre eles não existe.

Destaco, por fim, uma última crítica de Bidet a Postone, crítica esta que, penso, dessa vez acerta o alvo: a falta de propostas estratégicas para a superação do capitalismo. Pois a explicitação da dominação abstrata, semimaterial do trabalho abstrato sobre a espécie humana, por si só, é insuficiente para mobilizar a maioria da população (trabalhadores, camponeses etc.) para o enfrentamento dessa lógica infernal. Ainda que Bidet chegue a este ponto malbaratando a proposição teórica de Postone e do próprio Marx. De toda maneira, adianto que uma possível solução para a dificuldade de Postone não é aderir ao modelo epistemológico de Bidet, mas entender que a superação da lógica humano-societária do capital só pode vir-a-ser por meio da política, ainda que não possa ser somente por ela. Exige que seja nela e fora dela ao mesmo tempo, parafraseando Marx ao tratar de como o dinheiro se transforma em capital (sobre esse tema, cf. ARAUJO, 2011; ARAUJO, 2014; DUAYER; ARAUJO, 2015).

2. Crítica à crítica de Bidet

O núcleo da crítica de Bidet a Postone reside na sua compreensão da forma como Marx constrói *O capital*. Bidet acredita que desvendou a epistemologia de Marx e que pode utilizá-la como chave heurística para a leitura do autor e dos seus comentaristas. Sua apreensão é puramente metodológica, como se Marx instaurasse uma nova forma de proceder do pensamento para a captura do real, ou, ainda, como se o pensamento, para o teórico alemão, tivesse inteira autonomia frente ao que é. Mais uma vez, em Bidet é explícita a negação da existência de uma ontologia materialista do mundo dos homens instaurada por Marx. Somente tal compreensão pode explicar seu “modelo” de abstrações que ele imputa a Marx – N1, N2 e N3. Contra todas as evidências e afirmações do pensador alemão, Bidet persegue desesperadamente a aprovação deste e a comprovação histórica de tal “modelo”.

Tentando elucidar nossa compreensão, lembramos que o Capítulo 1 do Livro I de *O capital* se inicia com a afirmação, muito conhecida, sobre a riqueza nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista e

que Marx inicia seu estudo a partir da mercadoria, que é a forma elementar desta riqueza. Ou seja, ele inicia o primeiro parágrafo de sua obra afirmando que está investigando a sociedade capitalista, e não uma sociedade mercantil simples, pré-capitalista, como deseja Bidet.

Se não se trata, portanto, de economia mercantil simples e sim da capitalista, que motivos levaram Marx a não tratar de imediato de salário, lucro, juro, exploração, estado etc. já na Seção 1 do referido livro? A resposta pode ser encontrada não no modelo de Bidet, mas no próprio Marx, no conhecido “Posfácio” da segunda edição de *O capital*⁹, e no também conhecido Item 3 (O método da economia política) da “Introdução” aos *Grundrisse*. Neste último Marx trata dos dois caminhos da ciência: o caminho das abstrações, o caminho de ida da aparência para a essência; e o caminho de volta, de síntese (dialética), da essência para a aparência, reconstruindo intelectualmente e de forma explicada o concreto dado que foi o seu ponto de partida, desvendando as múltiplas determinações deste concreto, descrevendo-o como é de fato: unidade da diversidade, síntese dessas múltiplas determinações.

Esse proceder de Marx, todavia, ele nos adverte, exige a captura de determinações universais, condições universais de toda produção humana, ou abstrações razoáveis. Condições que se verificaram no passado longínquo, verificam-se no aqui e agora e que se apresentarão num futuro distante. Contudo, a tentativa de elucidar uma formação social específica com base em tais categorias (que em Marx são “formas de ser, determinações de existência” [MARX, 2011, p. 59], portanto, são ontologicamente determinadas) é uma impossibilidade. Em cada contexto social e histórico particular será necessário elevar a concretude categorial. E Marx o faz por meio do aumento do grau de determinação, ou sobredeterminando as causalidades explicativas da categoria em questão. Sendo mais preciso, em *O capital* Marx principia por um nível elevado de abstração, toma a mercadoria como categoria inicial não de sua análise, mas dos resultados a que chegou sua investigação, analisa a própria mercadoria produzida no modo de produção capitalista e identifica em sua essência outro par categorial, valor e valor de uso. Nesse ponto, o mais abstrato possível, parte para a reconstrução categorial da totalidade, desvendando sua dinâmica, causas e legalidades. Ao longo da reconstrução, ele sobredetermina as categorias e as torna a cada vez mais concretas, mais próximas da aparência dessa formação social específica.

⁹ “Sem dúvida, deve-se distinguir o modo de exposição segundo sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real.” (MARX, 2013, p. 90)

Destaque-se que, nesse processo de reconstrução da sociedade em que domina o modo de produção capitalista, a produção do capital e todos os outros momentos constitutivos deste modo de produção estão pressupostos, ainda que não estejam postos na Seção 1 e só ao longo do Livro I eles passem de pressupostos para postos. Ou seja, não há uma sombra sequer de um modelo de abstrações que trate de economia mercantil não capitalista da Seção 1 do livro. E isso pelo simples fato de que desde o início Marx trata do capitalismo, abstraindo sua concretude dada, tomando por pressuposta tal concretude e se limitando a tratar de aspectos abstratos mas constitutivos desta sociabilidade específica.

Acreditamos que a argumentação acima exposta já indique os limites intrínsecos do modelo de Bidet e, portanto, da maior parte das críticas que ele faz a Postone. Contudo, passaremos a algumas observações pontuais sobre tais críticas.

Para comprovar a validade do seu argumento, Bidet toma a crítica de Marx às robinsonadas dos economistas vulgares e produz uma nova robinsonada, digamos, dos marxistas vulgares. Não percebe que, nesse exemplo, Marx explora o fato de que o indivíduo se define pelo universal com o qual se determina reciprocamente. Ou seja, que Robinson na ilha perdida era resultado, singular, do sociometabolismo do capital imperante na Europa do século XIX¹⁰. E não, como acredita o autor, que ele, Robinson, isolado em sua ilha perdida, é produtor de valor de uso e valor, ou de trabalho específico e trabalho abstrato. Apenas um absurdo desconhecimento do par antitético constitutivo da mercadoria e, portanto, da própria categoria mercadoria, pode explicar tal imbróglio. A partir do argumento do autor, podemos concluir que, para ele, o trabalho em geral já é portador do trabalho concreto e do trabalho abstrato. De modo que o trabalho em geral já não é geral, mas particular e determinado¹¹.

¹⁰ Vide citação dos *Grundrisse* logo abaixo.

¹¹ Reproduzo o longo trecho a seguir por acreditar que ele é revelador do marxismo de Bidet: “Encontramos uma exposição mais completa no luminoso pequeno parágrafo dedicado a Robinson (...). O essencial encontra-se aí definido em poucas palavras. Robinson é o trabalhador em geral: ele figura a ‘produção em geral’, antes mesmo de toda consideração de qualquer divisão social do trabalho dentro de um grupo. Ele deve ‘dividir seu tempo entre suas diversas ocupações’, portanto, segundo diversas espécies de trabalho concreto; mas esses ‘diversos modos de trabalho humano’ têm sempre por contrapartida o que Marx designa como trabalho humano abstrato – no sentido em que o trabalho é sempre ‘trabalho’, um dispêndio ponderado de força de trabalho, sejam quais forem a forma e o objeto concretos. Robinson se interessa, portanto, ‘pelo tempo de trabalho que lhe custam em média quantidades determinadas desses diversos produtos’. As coisas são aqui ‘simples e transparentes’. Em suma, o trabalho em geral se apresenta segundo dois ‘lados’: trabalho ‘concreto’ em relação ao valor de uso que ele produz, trabalho ‘abstrato’ do dispêndio físico que ele requer num tempo definido. É nesse sentido que Marx pode concluir: ‘todas as determinações essenciais do valor estão aí contidas’. Ou seja: o trabalho concreto, o trabalho abstrato, os valores de uso e as relações entre estes no que diz respeito ao trabalho implicado na sua produção. Marx volta, em diversos textos, a essa matriz do trabalho em geral.” (BIDET, 2015, pp. 13-4) Curiosamente, Bidet não indica um sequer.

As dificuldades de Bidet se potencializam ao tratar do N2, a produção mercantil e o trabalho mercantil. Para ele, o que Marx designa como valor em *O capital* é algo próprio da produção mercantil. Ou seja, de uma produção que não necessariamente é dominada pela produção de mercadorias em larga escala, na qual a sociabilidade dos homens é intermediada pelas coisas que produzem. Vejamos um exemplo de seu modelo: “Quando se passa do trabalho em geral ao trabalho em sociedade, a determinação dos valores de uso a produzir e das condições da sua produção requer mediações sociais particulares.” (BIDET, 2015, p. 14) O pressuposto explicitado é que houve historicamente e de que é possível praticamente – e isso parece tomado ao pé da letra da robinsonada anterior – um trabalho que se realize fora da sociedade. Ou seja, o trabalho em geral não só deixa de ser uma categoria abstrata, construída intelectualmente, como ganha existência real com o Robinson na ilha perdida. Assim como traz consigo um trabalho humano produtor de valores de uso e valor (portanto, de mercadorias) que pode ser realizado por um indivíduo isolado dos outros humanos, da sociedade.

Bidet afiança que Marx elucida essa questão nos *Grundrisse* (o que é desconcertante, pois ele acabara de criticar Postone por buscar chaves explicativas de *O capital* nos *Grundrisse*). Recorrendo a um trecho do “Capítulo do dinheiro”, na seção Gênese e essência do dinheiro, em que Marx principia criticando a emissão de bônus-horário como sucedâneo do dinheiro, ele toma a sequência da argumentação em que Marx polemiza com Adam Smith a respeito da compreensão deste sobre as duas determinações do valor de troca [valor]¹². Para Marx, essa contradição aparece em Smith como uma justaposição exterior à mercadoria: “O trabalhador tem de produzir, ao lado do produto particular do trabalho (do tempo de trabalho como objeto particular), um *quantum* da mercadoria universal (o tempo de trabalho como objeto universal).” (MARX, 2011, p. 116) E isso se explica pelo (e corresponde ao) estágio da produção que Smith tinha diante de si, no qual, segundo Marx:

o trabalhador ainda tinha diretamente em seu produto uma parte de sua subsistência; nem sua atividade como um todo nem seu produto como um todo tinham se tornado dependentes da troca; i.e., em grande medida, ainda predominava a agricultura de subsistência (ou algo similar, como Steuart a denomina) e, da mesma maneira, a indústria patriarcal (tecelagem manual, fição doméstica e associada à agricultura). Só o excedente era trocado em uma grande esfera da nação. Valor de troca e determinação

¹² Nos *Grundrisse* (2011) Marx confunde, muitas vezes, valor e valor de troca. O que é explicado pelo fato de ser nesse material que ele, pela primeira vez, expõe sua teoria do valor. E, como material de estudo, as categorias ainda estão em processo de construção e refinamento intelectual.

pelo tempo de trabalho ainda não [estavam] plenamente desenvolvidos no plano nacional (MARX, 2011, p. 116).

Num trecho adiante, Marx explica que a compreensão de Smith de que o trabalhador tem de produzir uma mercadoria universal ao lado e ao mesmo tempo em que produz uma mercadoria particular,

em outras palavras, que ele tem de dar a forma do dinheiro a uma parte de seus produtos, enfim, à sua mercadoria, dado que ela deve servir não como valor de uso para si mesmo, mas como valor de troca – nada mais significa, subjetivamente expresso, do que afirmar que seu tempo de trabalho particular não pode ser trocado imediatamente por qualquer outro tempo de trabalho particular, mas que essa sua permutabilidade universal deve ser primeiro mediada, que ele deve primeiro assumir uma forma objetiva distinta de si mesmo para obter essa permutabilidade universal (MARX, 2011, p. 118).

Reveladoramente, Bidet toma esses trechos como confirmadores de sua hipótese do N2. Destaco a forma como ele constrói sua argumentação para, em comparação com as citações de Marx acima apresentadas, demonstrar a inadequação de tal explanação. Bidet inicia dizendo que: “se o produtor estivesse, como Robinson, sozinho no mundo, poderíamos contentar-nos em dizer que seu trabalho é de algum modo a moeda com a qual ele compra seu produto. Mas é uma ‘moeda particular que não compra (...) senão esse produto determinado’” (BIDET, 2015, p. 14).

De imediato salta aos olhos que Marx não está tratando de um Robinson na ilha perdida, como acredita Bidet. Para Marx, evidentemente, o trabalho do indivíduo singular, mesmo na época de Smith, seja na agricultura de subsistência, seja na indústria patriarcal, não é o trabalho de alguém sozinho no mundo, de uma mônada. É trabalho individual singular que opera socialmente. Ou seja, socialmente posto e pondo a sociedade, a comunidade, reciprocamente, numa determinação reflexiva entre o particular/singular e o universal. O que Marx destaca é que, na época de Smith, nem a atividade do trabalhador como um todo, nem seu produto como um todo haviam sido subsumidos à troca. Ou seja: “Só o excedente era trocado em uma grande parte da nação. Valor de troca e determinação pelo tempo de trabalho ainda não [estavam] plenamente desenvolvidos no plano nacional” (MARX, 2011, p. 116). Portanto, a busca de Bidet por uma confirmação em Marx da existência histórica, concreta, factual, de uma lógica abstrata produtora de mercadoria N2, não se verifica aqui. Marx toma um período histórico no qual a lógica do capital opera, mas ainda não subsumindo todos os aspectos da sociabilidade humana. Ou, ainda, trata da transição para o capitalismo com o espraio da lógica do capital subvertendo e dissolvendo todos os velhos laços sociais herdados e existentes na formação social feudal. No “Capítulo do dinheiro” dos *Grundrisse*, Marx argumenta que:

a dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si. A produção de todo indivíduo singular é dependente da produção de todos os outros; bem como a transformação de seu produto em meios de vida para si próprio torna-se dependente do consumo de todos os outros. Os preços são antigos; a troca também; mas a crescente determinação dos primeiros pelos custos de produção, assim como a predominância da última sobre todas as relações de produção, só se desenvolvem completamente, e continuam a desenvolver-se cada vez mais completamente, na sociedade burguesa, a sociedade da livre concorrência. Aquilo que Adam Smith, em autêntico estilo do século XVIII, situa no período pré-histórico, no período que antecede a história, é, ao contrário, um produto da história (MARX, 2011, p. 104).

Mais uma vez, evidencia-se que a predominância da troca, do mercado, sobre todas as relações de produção dissolve todos os produtos e atividades em valores de troca, dissolve todas as relações fixas, históricas de dependência pessoal na produção e dissolve a “dependência multilateral dos produtores entre si”. A constatação aqui é a de que, antes desse predomínio, havia produção em conjunto pelos homens. Não havia, nem nunca houve, uma formação social humana de mônadas isoladas no processo produtivo. E mais, a predominância da troca, do mercado, transforma radicalmente as formas de dependência dos homens, de uma relação fixa e com dependência direta em uma dependência intermediada e dependente das coisas (mercadorias) que estes homens produzem. Trata-se de uma dominação diferente e de tipo especial.

Bidet prossegue e na sequência argumenta que:

assim que os homens produzem em conjunto, uns para os outros, “é preciso naturalmente que haja mediação”, ou seja, um dispositivo racional de coordenação social. E ele [Marx] distingue duas mediações. A primeira é o mercado, pelo qual o trabalho particular se acha “colocado como universal” através da “troca”. Encontramo-la, como se sabe, no princípio mesmo do capitalismo. A outra seria, escreve ele, uma “organização” comum da produção, que articularia os trabalhos não “post festum”, através de um equilíbrio de mercado, mas “de antemão”, sobre a base da propriedade coletiva. Ela seria a base do socialismo. Ela emerge no capitalismo. Mas, para chegar a esse ponto, Marx deve construir o conceito de “modo de produção capitalista” (BIDET, 2015, p. 14).

Mais uma vez, Bidet insiste que há um momento a partir do qual os homens produzem em conjunto, uns para os outros. Ou seja, por exclusão, há outro momento, no qual os homens, a humanidade se comporta como Robinson Crusóé na ilha perdida. Nesse momento do surgimento da produção em conjunto ou do trabalho associado, há de surgir uma forma de

mediação, um dispositivo racional de coordenação social. Contudo, na “Introdução” dos *Grundrisse*, no Item 1 – A produção em geral, Marx inicia dizendo que “*O objeto nesse caso é, primeiramente, a produção material*”. Em seguida, acrescenta: “*Indivíduos produzindo em sociedade – por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada.*” (MARX, 2011, p. 39) Ou seja, a abstração é o movimento do pensamento para capturar algo presente no mundo dos homens, nesse caso a produção. E arremata dizendo que:

O caçador e o pescador, singulares e isolados, pelos quais começam Smith e Ricardo, pertencem à ilusões desprovidas de fantasia das robinsonadas do século XVIII, ilusões que de forma alguma expressam, como imaginam os historiadores da cultura, simplesmente uma reação ao excesso de refinamento é um retorno à uma vida natural mal-entendida. (MARX, 2011, p. 39).

Bidet, surpreendentemente, parece atribuir a Marx uma postura que este critica em Smith e Ricardo.

Alguns parágrafos após o trecho citado acima, Marx explica que:

Quanto mais fundo voltarmos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior: de início, e de maneira totalmente natural, na família e na família ampliada em tribo [*Stamm*]; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do conflito e da fusão de tribos. Somente no século XVIII, com a “sociedade burguesa”, as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para seus fins privados, como necessidade exterior (...). O ser humano é, no sentido mais literal, um ζῷον πολιτικόν [animal político/social], não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade. A produção do singular isolado fora da sociedade – um caso excepcional que decerto pode muito bem ocorrer a um civilizado, já potencialmente dotado das capacidades da sociedade, por acaso perdido na selva – é tão absurda quanto o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos vivendo juntos e falando uns com os outros. (MARX, 2011, p. 40)

Com essa construção Marx deixa claro o sentido que possui o exemplo de Robinson no Capítulo 1 do Livro I de *O capital* a que fizemos referência acima. Ou seja, Bidet realiza uma robinsonada em nome de Marx!

Para além disso, nem sequer ocorre a Bidet que no item dos *Grundrisse* que usualmente se intitula Formas que precederam a produção capitalista Marx principia tratando de duas formas sociais (pequena propriedade livre de terras e propriedade comunitária de terras, que são formas da comunidade oriental), nas quais

os indivíduos não se relacionam como trabalhadores, mas como proprietários – e membros de uma comunidade que ao mesmo

tempo trabalha. A finalidade desse trabalho não é a criação de valor – embora eles possam realizar trabalho excedente para trocá-lo por trabalho alheio, i.e., produtos excedentes –; ao contrário, a sua finalidade é a conservação do proprietário singular e de sua família, bem como a da comunidade como um todo. O pôr do indivíduo como um trabalhador, nessa nudez, é ela própria um produto histórico (MARX, 2011, p. 388).

Adiante Marx acrescenta:

Somente como parte, como membro dessa comunidade, cada indivíduo singular se comporta como proprietário ou possuidor. A apropriação real pelo processo do trabalho se realiza sob esses pressupostos, que não são eles mesmos produto do trabalho, mas aparecem como pressupostos naturais ou divinos. (MARX, 2011, p. 389)

Ou seja, fica claro, dessa forma, que a comunidade natural (família ou clã) é o “*pressuposto da primeira forma de apropriação temporária e utilização coletiva do solo*” (MARX, 2011, p. 389). Destaco que Marx fala de utilização coletiva do solo e de uma apropriação real do produto do trabalho que ocorre sob pressupostos que não são eles mesmos produtos do trabalho, mas que aparecem como naturais ou divinos. Ou seja, ao contrário do que afirma Bidet, não há vestígio de Robinson Crusóé na construção teórica marxiana.

Vamos agora analisar a leitura que Bidet faz do trecho dos *Grundrisse* e do qual ele retira suas conclusões sobre o mercado e o planejamento econômico. O trecho em questão é continuação do citado acima. Momento em que Marx, analisando as proposições de Smith, detalha o que é o par contraditório constitutivo da mercadoria e assinala como o dinheiro surge dessa contradição. Marx, mais uma vez, explorando o raciocínio de Smith, está tratando de uma situação econômica em que se produz mercadoria, valor e mais-valor, portanto, capital, mas na qual a lógica humano-societária do capital ainda não é a forma predominante de sociabilidade. Daí Marx dizer que:

dado que ela [a mercadoria] deve servir não como valor de uso para si mesmo [o trabalhador], mas como valor de troca – nada mais significa, subjetivamente expresso, do que afirmar que seu tempo de trabalho particular não pode ser trocado imediatamente por qualquer outro tempo de trabalho particular, mas que essa sua permutabilidade universal deve ser primeiro mediada, que ele deve primeiro assumir uma forma objetiva distinta de si mesmo para obter essa permutabilidade universal (MARX, 2011, p. 118).

Mais uma vez, portanto, é da produção de mercadorias que ele trata aqui. Daí argumentar na sequência: “Considerado no próprio ato da produção, o trabalho do indivíduo singular é o dinheiro com o qual ele compra imediatamente o produto, o objeto de sua atividade particular; mas

é um dinheiro particular que só compra exatamente esse produto determinado.” (MARX, 2011, p. 118)

Registramos que, na construção do argumento de Marx, a produção da mercadoria tem fundamental importância e a forma de produzir, que exige o controle do tempo de trabalho, determina a forma da troca. Esse aspecto Bidet desconsidera de modo explícito. Destacamos que, na sequência do trecho acima, Marx vai tratar das condições em que o trabalho particular pode ser desde o início um trabalho universal, um elemento da produção universal¹³. Isso, segundo Marx, só seria possível quando o trabalho fosse desde o início não um trabalho particular, mas sim universal. De modo que o caráter coletivo pressuposto nesse tipo de trabalho

¹³ O trecho dos *Grundrisse* que Bidet utiliza para fundamentar sua explanação é o que segue: “Para ser imediatamente o *dinheiro universal*, teria de ser, desde o início, não um trabalho *particular*, mas *universal*, i.e., ser *posto* desde o início como elemento da *produção universal*. Sob esse pressuposto, entretanto, a troca não lhe conferiria mais o caráter universal, mas seu caráter coletivo pressuposto determinaria a participação nos produtos. O caráter coletivo da produção faria do produto, desde o início, um produto coletivo, universal. A troca, que originalmente tem lugar na produção – que não seria uma troca de valores de troca, mas de atividades que seriam determinadas pelas necessidades coletivas, por fins coletivos –, incluiria, desde o início, a participação do indivíduo singular no mundo coletivo dos produtos. Sobre a base dos valores de troca, somente por meio da *troca* o trabalho é *posto* como trabalho universal. Sobre a base anterior, o trabalho seria *posto* como trabalho universal antes da troca; i.e., a troca dos produtos não seria de modo algum o *meio* pelo qual seria mediada a participação dos indivíduos singulares na produção universal. A mediação tem, naturalmente, de ocorrer. No primeiro caso, que parte da produção autônoma dos indivíduos singulares – por mais que essas produções autônomas se determinem e se modifiquem *post festum* por suas relações recíprocas –, a mediação tem lugar por meio da troca das mercadorias, do valor de troca, do dinheiro, que são todas expressões de uma única e mesma relação. No segundo caso, o *próprio pressuposto é mediado*; i.e., está pressuposta uma produção coletiva, a coletividade como fundamento da produção. O trabalho do indivíduo singular está posto desde o início como trabalho social. Por conseguinte, qualquer que seja a configuração material do produto que ele cria ou ajuda a criar, o que compra com seu trabalho não é um produto determinado particular, mas uma cota determinada na produção coletiva. Por isso, não tem nenhum produto particular para trocar. Seu produto não é um *valor de troca*. O produto não tem de ser primeiro convertido em uma forma particular para adquirir um caráter universal para o indivíduo singular. Em lugar de uma divisão do trabalho que é necessariamente gerada na troca de valores de troca, teria lugar uma organização do trabalho que tem por consequência a participação do indivíduo singular no consumo coletivo. No primeiro caso, o caráter social da produção só é *posto post festum*, pela ascensão dos produtos a valores de troca e pela troca destes valores de troca. No segundo caso, o *caráter social da produção* está pressuposto e a participação no mundo dos produtos, no consumo, não é mediada pela troca de trabalhos ou de produtos do trabalho independentes uns dos outros. É mediada pelas condições sociais de produção no interior das quais o indivíduo exerce sua atividade. Portanto, querer transformar o trabalho do indivíduo singular imediatamente em *dinheiro* (i.e., também seu produto), em *valor de troca realizado*, significa determiná-lo *imediatamente* como trabalho universal, i.e., significa negar precisamente as condições sob as quais tem de ser transformado em dinheiro e em valores de troca, e nas quais depende da troca privada. Tal pretensão só pode ser satisfeita sob condições em que não pode mais ser posta. Sobre a base dos valores de troca, o trabalho pressupõe justamente que nem o trabalho do indivíduo singular nem seu produto sejam *imediatamente* universais; que o produto só consiga essa forma por uma *mediação objetiva* [*gegenständlich*], por um *dinheiro* distinto dele.” (MARX, 2011, pp. 118-9)

“determinaria a participação nos produtos” do homem que trabalha. O caráter coletivo da produção, enquanto conjunto de decisões coletivas sobre o quê, como, quanto e para quem produzir, faria do produto, desde o início do processo, um produto coletivo, universal, decidido e produzido pela comunidade dos homens (*Gemeinwesen*). Aqui a *“troca, que originalmente tem lugar na produção – que não seria uma troca de valores de troca, mas de atividades que seriam determinadas pelas necessidades coletivas, por fins coletivos, – incluiria, desde o início, a participação do indivíduo singular no mundo coletivo dos produtos”* (MARX, 2011, p. 118, grifos nossos). Enquanto na sociabilidade do capital somente por meio da troca o trabalho individual, singular/particular, é posto como trabalho universal, ao se demonstrar equivalente aos outros trabalhos individuais, na nova sociabilidade que tem por horizonte a emancipação humana o trabalho individual, singular/particular, já é posto como trabalho universal antes da troca. Agora, a participação dos indivíduos singulares na produção universal não é mediada pela troca de produtos, pois está pressuposta uma produção coletiva ou a coletividade, a comunidade (*Gemeinwesen*), é o fundamento da produção. Aqui o produto do trabalho do indivíduo singular não é uma mercadoria portadora do par antitético valor de uso e valor e produzida para ser trocada no mercado. Logo, esse produto não precisa ser convertido em uma forma particular (dinheiro) para *“adquirir um caráter universal para o indivíduo singular”* (MARX, 2011, p. 119, grifos nossos). Nessa nova sociabilidade, em vez de

uma divisão do trabalho que é necessariamente gerada na troca de valores de troca, teria lugar uma organização do trabalho que tem por consequência a participação do indivíduo singular no consumo coletivo. (...) [Aqui], o caráter social da produção está pressuposto e a participação no mundo dos produtos, no consumo, não é mediada pela troca de trabalhos ou de produtos do trabalho independentes uns dos outros. É mediada pelas condições sociais de produção no interior das quais o indivíduo exerce sua atividade” (MARX, 2011, p. 119, grifos nossos).

Na sequência, Marx acrescenta:

pressuposta a produção coletiva, a determinação do tempo permanece naturalmente essencial. Quanto menos tempo a sociedade precisa para produzir trigo, gado etc., tanto mais tempo ganha para outras produções, materiais ou espirituais. Da mesma maneira que para um indivíduo singular, a universalidade de seu desenvolvimento, de seu prazer e de sua atividade depende da economia de tempo. Economia de tempo, a isso se reduz afinal toda economia (MARX, 2011, p. 119).

Diante do exposto acima, torna-se incompreensível a insistência de Bidet em afirmar que Marx identifica duas formas de mediação quando da passagem do trabalho em geral para o trabalho em sociedade: mercado e planejamento. Mais incompreensível ainda o pouco destaque que dá às

formas específicas da produção que, segundo Marx, condicionam as trocas e o relevo dedicado às formas de coordenação *post festum* (mercado e plano). Aqui é inevitável recorrer a Postone e dizer que este é um bom exemplo do proceder do marxismo tradicional. O mais fantástico é a contraposição entre um suposto equilíbrio de mercado e um equilíbrio *ex ante* que tem por base a propriedade coletiva que seria a base do socialismo. Notem que não há uma referência no trecho em questão à categoria equilíbrio de mercado e tampouco a formas de propriedade. Pois, de fato, essas não são as questões centrais para Marx depois que ele constitui sua própria teoria do valor e elucida ontologicamente a trama constitutiva da formação social mais adequada para a autoexpansão do valor. Destacamos da última citação de Bidet que Marx, para chegar à conclusão de que a propriedade coletiva é a base do socialismo, teve de construir o conceito de modo de produção capitalista. Pois, afinal, aquela forma de propriedade com suas consequências de equilíbrio *ex ante* emerge no capitalismo. Evidencia-se que, para Bidet, Marx constrói um método apriorístico de análise do real. Ou, ainda, uma epistemologia que ganha total autonomia em relação ao ser em-si, realmente existente. O *télos* de Marx é o socialismo, para isso constrói o conceito de modo de produção capitalista. O arremate do argumento é mais desconcertante ainda:

Ele não pode, porém, começar pelo “capitalismo”, pois este é uma elaboração particular de um modo de coordenação mais geral, que não se encontra apenas nas sociedades modernas: a produção mercantil como tal, como lógica de produção de mercadorias N2. Tal é o objeto da Seção 1 do Livro I, preliminar indispensável à exposição do capitalismo. (BIDET, 2015, p. 14)

Aqui, basta retomar o que foi dito no início do presente item para se ter a distância entre o que Marx escreve no primeiro parágrafo do primeiro capítulo do Livro I de *O capital* e o modelo de Bidet. Como já dito, Marx enfatiza que inicia sua investigação pela forma elementar da riqueza das sociedades em que reina o modo de produção capitalista. Logo, como Bidet pode argumentar que Marx não começa pelo capitalismo, mas por uma lógica de produção de mercadorias N2? Aqui se revelam os contorcionismos que a apreensão equivocada de Bidet o obriga a fazer. O problema aqui se encontra na sua incapacidade de compreender o sentido das abstrações razoáveis¹⁴ que Marx realiza ao analisar a sociabilidade do capital e que têm por função destacar e fixar o que há de comum em todas as épocas de produção e, assim, evitar repetições ao analisarmos as referidas formações.

¹⁴ Aqui é preciso dar o crédito a Chasin (2009, p. 122) por, até onde sabemos, ter sido o primeiro a resgatar este aspecto ontometodológico de Marx.

A categoria de abstração razoável aparece na “Introdução” dos *Grundrisse* a que já nos referimos anteriormente¹⁵.

A conclusão, com Marx, é de que a produção em geral se apresenta em várias formações históricas, assim como o mercado e a troca. No entanto, em *O capital*, Marx principia e finda tratando do modo de produção capitalista, ainda que, a partir de sua datidade ontológica, realize uma abstração razoável que é a produção em geral. De modo que pode principiar sua exposição a partir de uma categoria da aparência (a mercadoria), identificando nela uma essência antitética reveladora da própria contradição constitutiva do modo de produção capitalista. Mas o faz sem perder de vista a diferença essencial imposta pelo sociometabolismo do capital e seu desenvolvimento em comparação com as dinâmicas sociais e as formas de dominação dos modos de produção anteriores. Ou seja, a Seção I de *O capital* não “trata de uma produção mercantil como tal, como lógica de produção de mercadorias N2”, mas da produção de mercadorias na sociedade em que domina o modo de produção capitalista. Ainda que, por ser uma abstração razoável, identifique um elemento comum a várias formações socioeconômicas, contudo, tal elemento comum tem, no capitalismo, uma dinâmica específica e modeladora das relações entre os homens.

Sobre o N3, o trabalho mercadoria, a produção capitalista, Bidet acredita que a dificuldade está na passagem do N2 para o N3, da produção mercantil para a produção mercantil capitalista cuja especificidade é dada pela produção de mais-valor. Contudo, ele destaca que a transição entre os níveis não faz desaparecer o nível anterior: “O capitalismo (N3) não produzirá mais-valia a não ser produzindo mercadorias (N2) que implicam produtos ‘úteis’, tendo valor de uso (N1).” (BIDET, 2015, p. 14) Tomando por base uma citação do Capítulo 5 (“Processo de trabalho e processo de valorização”)¹⁶, Bidet tenta legitimar sua interpretação de que a produção

¹⁵ “Quando se fala de produção é sempre (...) de produção em um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais.” E que “todas as épocas de produção histórica têm certas características em comum, determinações em comum. [Assim] A *produção em geral* é uma abstração, mas uma *abstração razoável* [grifo nosso] na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse *Universal*, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindindo em diferentes determinações. Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas. [Certas] determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Nenhuma produção seria concebível sem elas; todavia, se as línguas mais desenvolvidas têm leis e determinações em comum com as menos desenvolvidas, a diferença desse universal e comum é precisamente o que constitui seu desenvolvimento. As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos –, não seja esquecida a diferença essencial.” (MARX, 2011, p. 41)

¹⁶ “Vê-se que a diferença, anteriormente obtida com a análise da mercadoria, entre o trabalho como valor de uso e o mesmo trabalho como criador de valor, apresenta-se, agora,

capitalista (N3) é uma produção mercantil específica e que, portanto, “o conceito de produção mercantil (N2) aplica-se a formações sociais anteriores”. Contudo, é preciso registrar a forma, no mínimo problemática, da tradução francesa, que toma “processo de produção” por “produção mercantil”, além da completa alteração do sentido do segundo parágrafo, que, na citação de Bidet, surge como integrado ao primeiro parágrafo. Parece-nos que o adequado seria: “O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias.” (MARX, 2013, p. 273) Na citação de Bidet temos: “Assim que ela se apresenta não mais simplesmente como unidade do trabalho útil e do trabalho criador de valor, mas ainda com unidade do trabalho útil e do trabalho criador de mais-valia, a produção mercantil torna-se produção capitalista, ou seja, produção mercantil em forma capitalista.” (*apud* BIDEET, 2015, p. 15)¹⁷

Para arrematar: produção mercantil em larga escala, ou, ainda, transformação da maior parte dos valores de uso em mercadorias só ocorre na sociedade do capital. O trecho em questão é um movimento de Marx que objetiva aumentar a determinação de sua exposição, torná-la mais concreta. A produção enquanto unidade dos processos de trabalho e de formação do valor, que produz mercadorias, tem pressuposta a produção capitalista. Esta produção capitalista só é posta, de fato, com a unidade do processo de trabalho com o processo de valorização. Portanto, nos termos de Marx, a interpretação e crítica que Bidet faz de Postone é um grande equívoco, com poucas e raras exceções.

como distinção dos diferentes aspectos do processo de produção. O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias.” (MARX, 2013, p. 273) Destaco que Bidet utiliza a edição francesa de *O capital*, cuja tradução para o português aparece da seguinte forma: “Como se vê, a diferença entre o trabalho útil e o trabalho fonte de valor que constatávamos no início das nossas pesquisas pela análise da mercadoria, acaba de se manifestar como diferença entre as duas faces da produção mercantil. Assim que ela se apresenta não mais simplesmente como unidade do trabalho útil e do trabalho criador de valor, mas ainda com unidade do trabalho útil e do trabalho criador de mais-valia, a produção mercantil torna-se produção capitalista, ou seja, produção mercantil em forma capitalista.” (*Apud* BIDEET, 2015, p. 15)

¹⁷ Retomando a nota 2, destacamos que para Bidet, como *Mehrwert* é traduzido para o francês, com o aval de Marx, como mais-valia ao invés de mais valor, isso indicaria que mais-valia é algo diferente de um simples mais-valor ou uma quantidade maior de valor. Trata-se de outra lógica, a do poder “sobre pessoas e meios de produção (...) em vista de um lucro” (BIDEET, 2015, p. 43, n. 16), e não um mero poder sobre coisas a trocar e a consumir. Contudo, ele esquece de dizer que Marx no “Posfácio” a essa edição nos diz que: “Após a conclusão desse trabalho de revisão, fui levado a aplicá-lo também no texto original (a segunda edição alemã)” (MARX, 2013, p. 95), que, como sabemos, manteve a categoria mais-valor.

Referências bibliográficas

- ARAUJO, P. H. F. Superação do capitalismo a partir da lógica humano-societária do trabalho? Postone, Lukács e Chasin se encontram. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 13, pp. 26-42, abr. 2011.
- _____. “Marx: capital, estado e política: notas”. In: *Anais do Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 19. 2014: Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <<http://www.sep.org.br>>, acessado em: 20 mar. 2015.
- BIDET, Jacques. Miséria na filosofia marxista: Postone leitor d’*O capital*. *Crítica Marxista*, São Carlos-SP, UFscar, Departamento de Ciências Sociais, v. 41, pp. 9-49, 2015.
- CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009. 253 p.
- DUAYER, Mario; ARAUJO, Paulo Henrique Furtado de. Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuições de Lukács e Postone. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, v. 13, pp. 15-36, 2015.
- MARX, Karl Heinrich. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011. 788 p.
- _____. *O capital: crítica da economia política l. 1: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p.
- _____. *O capital: crítica da economia política l. III: O processo global da produção capitalista v. III t. 2 (Segunda Parte)*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 336 p.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014. 483 p.